

Críticas à receita europeia contra a crise uniram Conselheiros

Foi um Conselho de Estado de reflexão e análise. A maioria dos conselheiros criticou a estratégia europeia nesta crise. Houve alerta para o Governo estar mais atento aos riscos do excesso de austeridade. Apenas dois conselheiros falaram em eleições **BRUNO SIMÕES, HELENA GARRIDO E NUNO AGUIAR**

A linguagem é hermética mas está lá, no comunicado do Conselho de Estado, a intersecção das intervenções dos conselheiros. A Europa foi o tema transversal, com a maioria dos conselheiros a criticarem a abordagem europeia no combate à crise. O Governo recebeu também críticas sobre os riscos do excesso de austeridade e sobre os problemas de comunicação. Quanto a eleições antecipadas, apenas dois membros se pronunciaram a favor.

Os testemunhos foram recolhidos pelo **Negócios**, contactando vários conselheiros. O encontro foi classificado como “reflexivo, sereno e muito construtivo”, sem qualquer semelhança com o ambiente crispado que marcou o último Conselho de Estado, a 21 de Setembro de 2012, quando o país estava mergulhado na crise da TSU, que o Governo queria subir aos trabalhadores e baixar às empresas.

A nova crise da TSU, agora sobre os pensionistas, foi um tema que também foi referido por alguns conselheiros, que aconselharam o Governo a reflectir sobre a medida, vista como a solução mais fácil, e passível de levantar problemas constitucionais. Um dos conselheiros fez uma intervenção de fundo sobre o assunto.

A política europeia foi o tema que esteve presente em praticamente todas as intervenções, como reflecte o comunicado. Os conselheiros defenderam, na sua maioria, que a receita europeia de combate à crise está errada, principalmente por não distinguir países e ser aplicada de forma

igual nos Estados em dificuldades. O comunicado reflecte essa abordagem ao referir que é preciso assegurar “um adequado equilíbrio entre disciplina financeira, solidariedade e estímulo à actividade económica”.

Alguns conselheiros deram a entender que Portugal podia, também, assumir um papel mais interventivo a nível europeu, nomeadamente através de alianças com outros países, para assim conquistar uma posição mais reforçada. Um dos conselheiros exemplificou com uma recente conferência, onde foi possível obter o acordo de 23 países, para chamar a atenção do Conselho Europeu sobre os efeitos da crise.

As críticas ao Governo, que marcaram as intervenções de alguns conselheiros, centraram-se nos problemas de comunicação e nos riscos de excesso de austeridade. Apenas dois conselheiros defenderam eleições antecipadas, que consideraram essenciais para que haja consenso político.

Houve também críticas à forma como transparecem para a opinião pública as divergências no seio da coligação. Um dos conselheiros interveio para mostrar descrença com a política de austeridade.

O texto do comunicado do Conselho de Estado foi muito debatido e feito algumas vezes, e demorou uma hora a consensualizar a nota que foi divulgada.

É possível mais equilíbrio com este Memorando?

A frase mais destacada do comunicado do Conselho de Estado pede

um equilíbrio entre a disciplina orçamental e o crescimento económico e solidariedade. Uma observação que corresponde a uma crítica recorrente de economistas e da oposição à política do Governo.

“A observação do comunicado é correcta. Esse equilíbrio não tem sido assegurado. Temos uma política financeira com o objectivo de reduzir o défice, mas não uma política económica”, explica José Silva Penada.

Para o presidente do Conselho Económico e Social, não é possível corrigir esse desequilíbrio com o actual documento. “Este memorando tem erros de concepção. Sem o corrigir, será muito difícil haver esse equilíbrio”.

Nuno Teles, investigador do Centro de Estudos Sociais, não faz a mesma interpretação dessa frase. “Parece-me que a ideia é um estímulo através de reformas estruturais – no mercado de trabalho, por exemplo – ou a descida do IRC. Isso é perfeitamente compatível com o memorando”, explica. “É uma questão política. A medida que há mais sinais de desagregação e fragilidade no Governo, ele é cada vez mais de iniciativa presidencial.”

O comunicado foi avaliado, não só pelo seu conteúdo, como pelo que não está lá. O politólogo José Adelinho Maltez é da opinião que “é pena que a política seja em off”. “O Conselho de Estado está obrigado a ser mais transparente”, referiu ao **Negócios**. “Nesta altura de excepção, o debate devia ser incentivado”, acrescenta Nuno Teles.



Marcelo é um dos conselheiros que considera prejudicial haver eleições antecipadas.

Eleições antecipadas são mais um problema do que uma solução, porque já temos uma eleição em Setembro.

MARCELO REBELO DE SOUSA
Conselheiro de Estado

VEJA O VÍDEO



Veja o vídeo com a análise do director do **Negócios** à reunião do Conselho de Estado e à actual situação política. Utilizando um leitor de QR, passe com a câmara do seu “smartphone” sobre o código. Não use a versão optimizada para telemóvel.



Conselho de Estado | O Presidente e os c

O QUE DIZ O COMUNICADO DO CONSELHO DE ESTADO?

A decisão de debater o pós-troika no Conselho de Estado surpreendeu o País, mas levando em conta o comunicado e os testemunhos, a Europa foi o grande tema com a actual conjuntura do País a marcar também as intervenções. Os conselheiros destacaram a importância da união bancária para combater a fragmentação dos mercados na Zona Euro e pediram instrumentos financeiros que ajudem a criar mais emprego e a promover o crescimento do País.



Conselheiros estiveram reunidos até à meia-noite para discutir o futuro de Portugal no pós-troika.

Os desafios de Portugal e as mudanças na União Europeia

Marques Mendes pôs o País de prevenção a 4 de Maio, ao anunciar que o Conselho de Estado iria ser convocado em breve - numa altura em que Paulo Portas ainda não tinha falado aos Portugueses, para dizer que não aceitava a TSU dos pensionistas. Nove dias depois, e ainda com aparentes divisões no Executivo sobre a medida, Cavaco Silva convocou mesmo o Conselho de Estado. O tema - "As perspectivas da economia portuguesa no pós-troika, no quadro de uma União Económica e Monetária efectiva e aprofundada" - surpreendeu várias personalidades. Mas acabou por ser sobre esse tema que os conselheiros se debruçaram sem contudo alguns falarem sobre os desafios que Portugal enfrenta a curto prazo.

O que é a União Bancária?

O Conselho de Estado destacou no comunicado um tema a que Vítor Gaspar tem dado muita importância nas suas últimas intervenções: A criação de uma União Bancária e de uma entidade comum de supervisão e resolução de bancos tem sido um assunto quente a nível europeu. A Comissão avançou com uma proposta, em que os depósitos acima de 100 mil euros passam a poder ser chamados a pagar futuros resgates de bancos, embora ainda estejam a ser discutidas possíveis excepções para particulares ou PME. A União Bancária é especialmente importante para Portugal para que a taxa de juro do crédito às empresas se aproxime da que é praticada em países como a Alemanha.

Fundos europeus para criar emprego e fazer crescer

O quarto ponto do comunicado do Conselho do Estado pede um "instrumento financeiro de solidariedade" que apoie as reformas estruturais dos Estados-membros. O Negócios sabe que na mente dos conselheiros estão linhas de financiamento de excepção a nível europeu, que ajudem a conter os problemas sociais decorrentes do desemprego, que promovam novos postos de trabalho e que aumentem a competitividade do País e o crescimento sustentável, tal como é explicitado no comunicado. Os conselheiros entendem que a Europa deve ser mais flexível e conceder apoios conforme as necessidades de cada país.



Página oficial da
Presidência da República Portuguesa

Reunião do Conselho no Palácio de Belém

Presidente da República reuniu o Conselho de Estado
O Presidente da República presidiu à reunião do Conselho de Estado, tendo como ordem de trabalhos o tema "Perspectivas da Economia Portuguesa no Pós-Troika, no Quadro de uma União Económica e Monetária Efectiva e Aprofundada".

No final da reunião, foi divulgado o seguinte comunicado:

1. O Presidente da República reuniu hoje o Conselho de Estado, para efeitos do artigo 145.º, alínea e), segunda parte, da Constituição, tendo como ordem de trabalhos o tema "Perspectivas da Economia Portuguesa no Pós-Troika, no quadro de uma União Económica e Monetária efectiva e aprofundada".

2. Com base em exposição do Presidente da República, o Conselho deliberou-se sobre os desafios que se colocam ao processo de ajustamento português no contexto das reformas em curso na União Europeia e tendo em vista o período Pós-Troika.

3. No quadro da criação de uma União Bancária, o Conselho analisou a instituição dos mecanismos de supervisão, de resolução de crises e de garantia de depósitos dos bancos, um passo da maior importância para corrigir a actual fragmentação dos mercados financeiros da Zona Euro.

4. O Conselho deliberou-se igualmente sobre a perspectiva do reforço da coordenação das políticas económicas e da criação de um instrumento financeiro de solidariedade destinado a apoiar as reformas estruturais dos Estados-Membros, visando o aumento da competitividade e o crescimento sustentável.

5. O Conselho de Estado entende que o programa de ajustamento da União Económica e Monetária deve criar condições para que a União Europeia e os Estados-Membros enfrentem, com êxito, o desafio do desemprego que os atinge e reconquistem a confiança dos cidadãos, devendo ser assegurado um adequado equilíbrio entre disciplina financeira, solidariedade e estímulo à atividade económica.

Afinal, depois da troika vem o quê?

O programa de ajustamento que Portugal está a cumprir para receber financiamento da troika termina, formalmente, em Junho de 2014. Mas isso não significa que a austeridade vai terminar. Pelo contrário: no Documento de Estratégia Orçamental ainda vai haver um ajustamento de 700 milhões de euros em 2015 e de 1,2 mil milhões de euros em 2016. Tal como alertou Cavaco Silva no discurso de 25 de Abril, Portugal continuará a ser vigiado pelas autoridades europeias, e terá de reduzir todos os anos a dívida pública, até chegar a 60% do PIB, em linha com a Lei de Enquadramento Orçamental. Na reunião, alguns conselheiros afirmaram que o pós-troika não significa facilitismo, e que será politicamente tão exigente como o actual.

Combate ao "flagelo do desemprego"

Tem sido a principal consequência negativa do programa de ajustamento. O desemprego continua a bater máximos históricos, atingindo 17,7% da população activa no primeiro trimestre deste ano e, segundo o ministro das Finanças, podendo chegar aos 19%. Mais de metade dos desempregados estão à procura de trabalho há mais de um ano. Entre os jovens, a taxa de desemprego de 42%. Além das consequências sociais, o desemprego tem tido um impacto negativo nas contas públicas, com a descida das contribuições sociais e aumento da despesa com subsídio de desemprego. E quanto mais tempo demorar a criação de emprego mais difícil será a recuperação.

Equilíbrio entre disciplina, estímulo e solidariedade

Foi a frase que fez os títulos e a mais citada pelos analistas e comentadores. Um pedido de maior equilíbrio entre o rigor das contas públicas, a economia e a sociedade. Esse equilíbrio tem sido respeitado? "Não me parece que tenha sido assegurado", diz ao Negócios, José Silva Penada, presidente do Conselho Económico e Social (CES). "Temos uma política financeira, mas não uma política social. Acho correcta a observação do comunicado." O Conselho de Estado pode estar a fazer um comentário à situação actual, mas também a apontar para a frente. Sabendo-se que o pós-troika deverá envolver um novo programa, será necessário que ele seja mais equilibrado nestes aspectos.